

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 01 a 08.

A MENTIROSA LIBERDADE

Lya Luft

Comecei a escrever um novo livro, sobre os mitos e mentiras que nossa cultura expõe em prateleiras enfeitadas, para que a gente enfie esse material na cabeça e, pior, na alma – como se fosse algodão-doce colorido. Com ele chegam os medos que tudo isso nos inspira: medo de não estar bem enquadrados, medo de não ser valorizados pela turma, medo de não ser suficientemente ricos, magros, musculosos, de não participar da melhor balada, do clube mais chique, de não ter feito a viagem certa nem possuir a tecnologia de ponta no celular. Medo de não ser livres.

Na verdade, estamos presos numa rede de falsas liberdades. Nunca se falou tanto em liberdade, e poucas vezes fomos tão pressionados por exigências absurdas, que constituem o que chamo a síndrome do “ter de”. Fala-se em liberdade de escolha, mas somos conduzidos pela propaganda como gado para o matadouro, e as opções são tantas que não conseguimos escolher com calma. Medicados como somos (a pressão, a gordura, a fadiga, a insônia, o sono, a depressão e a euforia, a solidão e o medo tratados a remédio), cedo recorremos a expedientes, porque nossa libido, quimicamente cerceada, falha, e a alegria, de tanta tensão, nos escapa.

Preenchem-se fendas e falhas, manchas se removem, suspendem-se prazeres como sendo risco e extravagância, e nos ligamos no espelho: alguém por aí é mais eficiente, moderno, valorizado e belo que eu? Alguém mora num condomínio melhor que o meu? Em fileira ao longo das paredes, temos de parecer todos iguais nessa dança de enganos. Sobre tudo, sempre jovens. Nunca se pôde viver tanto tempo e com tão boa qualidade, mas no atual endeusamento da juventude, como se só jovens merecessem amor, vitórias e sucesso, carregamos mais um ônus pesadíssimo e cruel: temos de enganar o tempo, temos de aparentar 15 anos se temos 30, 40 anos se temos 60, e 50 se temos 80 anos de idade. A deusa juventude traz vantagens, mas eu não a quereria para sempre: talvez nela sejamos mais bonitos, quem sabe mais cheios de

planos e possibilidades, mas sabemos discernir as coisas que divisamos, podemos optar com a mínima segurança, conseguimos olhar, analisar e curtir – ou nos falta o que vem depois: maturidade?

Parece que do começo ao fim passamos a vida sendo cobrados: O que você vai ser? O que vai estudar? Como? Fracassou em mais um vestibular? Já transou? Nunca transou? Treze anos e ainda não ficou? E ainda não bebeu? Nem experimentou uma maconhazinha sequer? E um Viagra para melhorar ainda mais? Ainda aguenta os chatos dos pais? Saiba que eles o controlam sob o pretexto de que o amam. Sai dessa! Já precisa trabalhar? Que chatice! E depois: Quarenta anos ganhando tão pouco e trabalhando tanto? E não tem aquele carro? Nunca esteve naquele resort?

Talvez a gente possa escapar dessas cobranças sendo mais natural, cumprindo deveres reais, curtindo a vida sem se atordoar. Nadar contra toda essa louca correnteza. Ter opiniões próprias, amadurecer, ajuda. Combater a ânsia por coisas que nem queremos, ignorar ofertas no fundo desinteressantes, como roupas ridículas e viagens sem graça, isso ajuda. Descobrir o que queremos e podemos é um bom aprendizado, mas leva algum tempo: não é preciso escalar o Himalaia social nem ser uma linda mulher nem um homem poderoso. É possível estar contente e ter projetos bem depois dos 40 anos, sem um iate, físico perfeito e grande fortuna. Sem cumprir tantas obrigações fúteis e inúteis, como nos ordenam os mitos e mentiras de uma sociedade insegura, desorientada, em crise. Liberdade não vem de correr atrás de “deveres” impostos de fora, mas de construir a nossa existência, para a qual, com todo esse esforço e desgaste, sobra tão pouco tempo. Não temos de correr angustiados atrás de modelos que nada têm a ver conosco, máscaras, ilusões e melancolia para aguentar a vida, sem liberdade para descobrir o que a gente gostaria mesmo de ter feito.

*(Disponível em Artigos & Idéias,
21/03/2009, VEJA – ONLINE)*

01. ***“Comecei a escrever um novo livro, sobre os mitos e mentiras que nossa cultura expõe em prateleiras enfeitadas, para que a gente enfie esse material na cabeça e, pior, na alma – como se fosse algodão-doce colorido. Com ele chegam os medos...”***. A palavra sublinhada faz referência a:

- (A) livro;
- (B) mitos e mentiras;
- (C) prateleiras enfeitadas;
- (D) algodão-doce colorido.

02. ***“Fala-se em liberdade de escolha, mas somos conduzidos pela propaganda como gado para o matadouro...”***. As palavras destacadas no trecho indicam:

- (A) adição e conclusão;
- (B) contradição e comparação;
- (C) adversidade e conformidade;
- (D) adição e concessão.

03. Denotação é o emprego de palavra(s) no seu sentido próprio, comum, habitual, preciso, aquele que consta nos dicionários. Conotação é o emprego de uma palavra tomada em um sentido figurado, que depende do contexto. Há linguagem conotativa (figurada) em todos os fragmentos a seguir, EXCETO:

- (A) “Comecei a escrever um novo livro, sobre os mitos e mentiras que nossa cultura expõe em prateleiras enfeitadas, para que a gente enfie esse material na cabeça e, pior, na alma – como se fosse algodão-doce colorido”.
- (B) “Na verdade, estamos presos numa rede de falsas liberdades. Nunca se falou tanto em liberdade, e poucas vezes fomos tão pressionados por exigências absurdas, que constituem...”.
- (C) “Talvez a gente possa escapar dessas cobranças sendo mais natural, cumprindo deveres reais, curtindo a vida sem se atordoar. Nadar contra toda essa louca correnteza”.
- (D) “Liberdade não vem de correr atrás de ‘deveres’ impostos de fora, mas de construir a nossa existência, para a qual, com todo esse esforço e desgaste, sobra tão pouco tempo”.

04. Considere o trecho: ***“Talvez a gente possa escapar dessas cobranças sendo mais natural, cumprindo deveres reais, curtindo a vida sem se atordoar. Nadar contra toda essa louca correnteza. Ter opiniões próprias, amadurecer, ajuda”***.

Assinale a opção INCORRETA.

- (A) A utilização da expressão pronominal “a gente” faz com que a autora se torne próxima do leitor pelo tom mais informal da linguagem.
- (B) Quando afirma que “ter opiniões próprias, amadurecer, ajuda”, pode-se inferir que a autora faz uma crítica aos mais jovens, supostamente volúveis e imaturos, que se deixam levar pelas cobranças externas.
- (C) Sem que haja mudança de sentido, a palavra “atordoar” pode ser substituída por “desaturdir”.
- (D) A palavra “talvez” indica dúvida.

05. Nos trechos ***“... queremos e podemos é um bom aprendizado, mas leva algum tempo: não é preciso escalar o Himalaia social nem ser uma linda mulher nem...”*** e ***“Já transou? Nunca transou? Treze anos e ainda não ficou? E ainda não bebeu? Nem experimentou uma maconhazinha sequer? E um Viagra para melhorar ainda mais? Ainda aguenta os chatos dos pais?”*** encerram-se, respectivamente:

- (A) metáfora e ironia;
- (B) metonímia e ironia;
- (C) metáfora e pleonasmo;
- (D) catacrese e eufemismo.

06. Marque a alternativa onde a palavra **acentua-se graficamente pela mesma regra aplicada na palavra destacada no trecho *“... carregamos um ônus ...”***.

- (A) ônibus
- (B) ódio
- (C) câncer
- (D) útero

07. ***“... angustiados atrás de modelos que nada têm a ver conosco, máscaras, ilusões e melancolia para aguentar a vida, sem liberdade para descobrir o que a gente gostaria...”***. Os termos “a vida” e “o”, destacados no trecho anterior, são, respectivamente:

- (A) objeto indireto e artigo;
- (B) sujeito e pronome oblíquo;
- (C) objeto direto e pronome demonstrativo;
- (D) complemento nominal e artigo definido.

08. *“Nunca se pôde viver tanto tempo e com tão boa qualidade, mas no atual endeusamento da juventude, como se só jovens merecessem amor, vitórias e sucesso, carregamos mais um ônus pesadíssimo e cruel: temos de enganar o tempo, temos de aparentar 15 anos se temos 30, 40 anos se temos 60, e 50 se temos 80 anos de idade”*. No trecho empregou-se o sinal de dois pontos para indicar um (a):

- (A) enumeração;
- (B) esclarecimento;
- (C) citação;
- (D) pausa.

09. Assinale a alternativa onde a grafia da palavra sublinhada está INCORRETA.

- (A) Desejo saber por que você voltou tão tarde para a casa de seus pais.
- (B) Estamos há cerca de dois quilômetros do trabalho.
- (C) Todos os alunos presentes me olharam de baixo a cima.
- (D) Em vez de viajar, optou por descansar.

10. A concordância está INCORRETA em.

- (A) A maioria das pessoas presentes ouviu a proposta.
- (B) 45% do orçamento do País deve destinar-se à saúde.
- (C) Haviam muitas garotas no show.
- (D) Descaso e desprezo marca seu jeito.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

11. Segundo a Lei Orgânica do Município de Miguel Pereira, são requisitos para a criação de distrito, EXCETO:

- (A) população não inferior à quinta parte exigida para a criação de Município;
- (B) eleitorado não inferior à quinta parte exigida para a criação de Município;
- (C) arrecadação não inferior à quinta parte exigida para a criação de Município;
- (D) existência, na povoação-sede, de pelo menos, setenta moradias, escola pública e posto de saúde.

12. Sobre a Organização Municipal de Miguel Pereira, especificamente da Sessão que trata da Competência do Município, considere as afirmativas a seguir.

I. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, fiscalizar, nos locais de venda, os pesos, as medidas e as condições sanitárias dos gêneros alimentícios.

II. Promover os serviços de construção e conservação de estradas e caminhos municipais é competência comum do Município, do Estado e da União.

III. É da competência administrativa privativa do Município fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

IV. Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito é competência administrativa comum do Município, da União e do Estado.

V. O Município tem competência para suplementar a legislação federal e a estadual, em qualquer hipótese.

O número de afirmativas CORRETAS é:

- (A) uma
- (B) duas
- (C) três
- (D) quatro

13. Segundo sua Lei Orgânica, ao Município de Miguel Pereira é vedado, EXCETO:

- (A) exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- (B) instituir imposto sobre livros;
- (C) cobrar pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;
- (D) outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado.

14. À luz da Lei Orgânica do Município de Miguel Pereira, Do Poder Legislativo, assinale a opção CORRETA.

- (A) Compete privativamente à Câmara Municipal autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, por mais de 15 dias, por necessidade de serviço.
- (B) A convocação extraordinária da Câmara Municipal pode ser feita apenas pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros da Casa.

- (C) As reuniões serão sempre públicas.
(D) As sessões somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

15. Segundo rege a Lei Orgânica do Município de Miguel Pereira, perderá o mandato o Vereador:

- I. que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo apenas em doença comprovada;**
II. que tiver domicílio fora do Município de Miguel Pereira;
III. que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
IV. que, desde a posse, ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo;
V. que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa.

O número de afirmativas CORRETAS é:

- (A) uma
(B) duas
(C) três
(D) quatro

16. Relativamente à Lei Orgânica do Município de Miguel Pereira, assinale a opção CORRETA.

- (A) A Educação, entendida como aquisição de conhecimento, formação de hábitos e atitudes que visem ao preparo para o exercício da cidadania, ao respeito à pessoa humana e aos bens públicos, à preservação da cultura, é dever do Município e da família.
(B) O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguínio, até 3º grau, por adoção, não poderão contratar com o Município.
(C) A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 20 dias, certidão dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou

servidor que negar ou retardar a sua expedição.

- (D) São de competência do Município os impostos sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, inclusive óleo diesel.

17. À luz do Regimento Interno da Câmara Municipal de Miguel Pereira, assinale a opção CORRETA.

- (A) A função de fiscalização da Câmara, mediante controle externo, é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas da União ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência.
(B) É competência privativa do Presidente da Câmara conceder férias e licenças a seus funcionários.
(C) Representar a Câmara em juízo ou fora dele é competência privativa da Mesa Diretora da Câmara.
(D) Compete ao 1º Secretário comunicar aos vereadores, com antecedência, a convocação de sessões extraordinárias, sob pena de responsabilidade.

18. Considere as afirmativas a seguir sobre as Comissões da Câmara Municipal de Miguel Pereira.

- I. Poderão participar dos trabalhos das Comissões como membros credenciados e com direito a voto, técnicos de reconhecida competência ou representantes de entidades idôneas, que tenham legítimo interesse no esclarecimento de assunto submetido à apreciação das mesmas.**
II. As Comissões Permanentes têm por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame, manifestar sobre eles a sua opinião e preparar, apenas por iniciativa própria, os projetos de Resolução atinentes à sua especialidade.
III. Compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro e emitir parecer sobre todos os processos atinentes à realização de obras e execução de serviços pelo Município.

IV. As Comissões Permanentes somente deliberarão com a presença de pelo menos 1/3 de seus membros.

V. As Comissões Especiais são de caráter temporário.

O número de afirmativas CORRETAS é:

- (A) nenhuma
- (B) uma
- (C) duas
- (D) três

19. Considere as afirmativas seguintes relacionadas ao Regimento Interno do Município de Miguel Pereira.

I. São obrigações e deveres do Vereador fazer declaração pública de bens, apenas no ato da posse, de acordo com a Lei Orgânica Municipal.

II. O Vereador não poderá licenciar-se para tratar de interesse particular.

III. O aparte deve ser expresso em termos corteses e não pode exceder o tempo de 02 (dois) minutos.

IV. O Orçamento Plurianual de Investimentos, que abrangerá, no mínimo, período de 03 (três) anos consecutivos, terá suas dotações anuais incluídas no Orçamento de cada exercício.

V. Ressalvada a hipótese de estar a proposição em Regime de urgência ou quando assinadas pela maioria absoluta dos membros da Câmara, não serão recebidos pela Mesa, substitutivo, emendas ou subemendas, quando a mesma estiver sendo discutida em Plenário, os quais deverão ser apresentados até 48 (quarenta e oito) horas, antes do início da sessão.

O número de afirmativas CORRETAS é:

- (A) nenhuma
- (B) uma
- (C) duas
- (D) três

20. Nos termos da Lei Complementar Nº 038 de 28 de Janeiro de 1988, que dispõe sobre a Reforma do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de

Miguel Pereira e dá outras providências, assinale a opção CORRETA.

(A) A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.

(B) O concurso será de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a Lei e o regulamento do respectivo plano de cargos e carreiras.

(C) O concurso público terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por até igual período.

(D) A autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício, no máximo de 7 (sete) dias a contar da data do ato da posse ou término do afastamento legal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Antes da promulgação da Carta de 1988, havia uma preocupação doutrinária no sentido de orientar os administradores públicos para terem um comportamento especial na administração pública. Esse comportamento especial, regido por princípios básicos administrativos, foi, no Brasil, aparecendo gradativamente nas leis infraconstitucionais. Porém, os constituintes de 1988 escreveram um capítulo sobre a Administração Pública, onde foram elencados tais princípios. Sobre esses princípios, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Em decorrência do princípio da publicidade, nega-se o direito de greve e de livre associação sindical para funcionários do Poder Legislativo.

(B) Qualquer agente público pode praticar atos administrativos que não sejam expressamente proibidos por lei, em função dos princípios da eficiência e da legalidade.

(C) Em obediência ao princípio da moralidade, o administrador público não pode nomear parentes para cargos em comissão.

(D) O princípio da impessoalidade não está expressamente previsto na Constituição de 1988.

22. No que diz respeito aos crimes contra as finanças públicas, assinale a opção CORRETA.

(A) A caracterização de qualquer crime contra as finanças públicas depende de pronunciamento definitivo da corte de contas.

(B) O crime consistente em ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura, é delito material e não se caracteriza quando o aumento de despesa estiver dentro dos percentuais da receita corrente líquida estabelecidos em legislação própria.

(C) Ocorre o crime de favorecimento de credores, somente quando praticado depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar plano de recuperação extrajudicial, ato de disposição ou oneração patrimonial ou gerador de obrigação, destinado a favorecer um ou mais credores em prejuízo dos demais.

(D) Constitui crime contra as finanças públicas deixar de expedir ato que determine limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei.

23. Considere os itens seguintes relativos aos Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral e aos Crimes Contra as Finanças Públicas.

I. Comete o crime de condescendência criminosa o servidor que deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

II. Comete crime contra as finanças públicas gestor que ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos três meses anteriores ao final do mandato ou da legislatura.

III. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, caracteriza o crime de advocacia administrativa.

IV. A prestação por administrador público de garantia em operação de crédito, sem contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, quando a lei o exigir, pode representar a prática de crime previsto no Código Penal, além de configurar possível improbidade administrativa.

Estão CORRETOS os itens:

(A) I, II e IV, apenas;

(B) I e IV, apenas;

(C) II, III e IV, apenas;

(D) I, II, III e IV.

24. Considere as afirmativas seguintes relativas à Lei Nº 8.429 de 2 de Junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

I. No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

II. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta Lei até o limite do valor da herança.

III. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

IV. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta Lei podem ser propostas até três anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

Estão CORRETOS os itens:

- (A) I e II, apenas;
- (B) II, III e IV, apenas;
- (C) III e IV, apenas;
- (D) I, II, III e IV.

25. Relativamente à Lei Nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos e dá outras providências, especificamente o capítulo que trata das sanções administrativas e da tutela judicial, todas as afirmativas a seguir estão corretas, EXCETO:

- (A) Considera-se servidor público, para os fins desta Lei, aquele que exerce, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público.
- (B) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. A multa será descontada da garantia do respectivo contratado.
- (C) Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 4 (quatro) semestres.
- (D) Constitui crime frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, com pena de detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

26. À luz da CF de 1988, especificamente da repartição das receitas tributárias, no que pertence aos Municípios, todas as alternativas estão corretas, EXCETO:

- (A) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituam e mantiverem;

- (B) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, não cabendo a totalidade em hipótese alguma;
- (C) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;
- (D) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

27. Considere as afirmativas seguintes relativas ao texto constitucional de 1988, especificamente das finanças públicas.

- I. É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, sem qualquer ressalva.**
- II. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.**
- III. Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão as diretrizes orçamentárias.**
- IV. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo.**

Estão CORRETOS os itens:

- (A) I e II, apenas;
- (B) I, III e IV, apenas;
- (C) II, apenas;
- (D) I, II, III e IV.

28. Assinale a opção INCORRETA.

- (A) A emissão de moeda é um exemplo de Ingresso Extraorçamentário.
- (B) De acordo com a Lei Federal nº 4.320 de 1964, as Despesas de Capital são classificadas em Investimentos, Inversões Financeiras e Transferência de Capital. Classificam-se como Investimentos, entre outras, as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como a constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- (C) As receitas públicas, do ponto de vista orçamentário, podem ser classificadas como receitas orçamentárias e extraorçamentárias. Valores registrados em depósitos administrativos e judiciais são receitas extraorçamentárias.
- (D) São receitas correntes as provenientes de empréstimo e de financiamento destinados a investimentos.

29. À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a CORRETA.

- (A) A relação custo-benefício inclui-se entre os aspectos a serem considerados por uma entidade governamental nas análises das operações de crédito.
- (B) É um instrumento importante para o planejamento governamental, mas não trouxe nenhuma inovação, mudança institucional ou cultural no trato do gasto público.
- (C) Permite que, no último ano de mandato, sejam realizados aumentos das despesas estabelecidas nos planejamentos orçamentários com contratação de pessoal.
- (D) A programação financeira é um instrumento que foi introduzido pela LRF.

30. Considere as seguintes afirmativas relacionadas à Lei Nº 4.320 de 17 de Março de 1964.

- I. As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por**

Decreto do Executivo, abrangendo, no mínimo, um biênio.

II. Caso não receba a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas, o Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.

III. Os créditos extraordinários são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

IV. A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais será efetuada pelo método das partidas dobradas.

Estão CORRETAS:

- (A) II e IV, apenas;
- (B) I, II e IV, apenas;
- (C) II, III e IV, apenas;
- (D) I, II, III e IV.